

Repassando a chama – sindicalismo e anarquismo na Alemanha, do período imperial até a segunda guerra mundial

Passing down the flame – syndicalism and anarchism in Germany, from the imperial period to the second world war

Moritz Peter Herrmann*

Resumo: Pensando em anarquia ou anarquismo, a Alemanha raramente é o primeiro lugar que vêm à mente – tanto pelo suposto caráter nacional, como pelo fato, que a história da classe operária alemã é dominada pela social-democracia, um movimento centralizador e estatista, defendendo o socialismo científico de Marx e Engels. Essa visão, embora não sem justificativa, ofusca o processo histórico em que a social-democracia descartou os seus radicais, amansou o seu movimento sindical e ultimamente se constituiu como uma força reformista e defensora da ordem prevalecente; ofusca também aqueles que se recusaram ao dirigismo e foram expulsos, formando uma própria tradição radical, e, como minoria militante, por um tempo conseguiram impulsionar a luta de classes. Em delinear as lutas e experiências de quatro gerações políticas de militantes sindicais e revolucionários, este artigo pretende descrever a formação e trajetória do movimento anarquista e sindicalista na Alemanha.

Palavras-chaves: Anarquismo; Sindicalismo; Anarcossindicalismo

Abstract: When thinking about anarchy or anarchism, Germany is rarely what comes to mind first – both because of a presumed national character and the fact that the history of the German working class is dominated by social democracy, a centralist and statist movement espousing scientific socialism in the moulds of Marx and Engels. This vision, as justified as it might be, obscures the historical process, in which social democracy discarded its radicals and tamed its unions, ultimately positioning itself as a reformist force and a defender of the prevalent order; it also obfuscates those who have been expelled and, by forming a distinct radical tradition, for some time were a driving force of the class struggle. By delineating the struggles and experiences of four political generations of trade union activists and

* Doutorando em história moderna pela JGU Mainz, Alemanha, equivalente de mestrado e licenciatura em história e filologia germânica pela mesma instituição.

revolutionaries, this article pretends to describe the formation and trajectory of the anarchist and syndicalist movement in Germany.

Keywords: Anarchism; Syndicalism; Anarcho-syndicalism

Considerações iniciais

*Es lebt noch eine Flamme,
es grünt noch eine Saat -
Verzage nicht, noch bange:
im Anfang war die That!*¹

Em uma carta de 20 de julho de 1870, apenas um dia depois da declaração da Guerra Franco-Prussiana, Karl Marx dedica as seguintes palavras à Friedrich Engels:

Os franceses precisam apanhar! Se os prussianos vencem, vencerá também a centralização do poder do estado que será útil para a centralização da classe trabalhadora alemã. O peso alemão maior deslocaria igualmente o foco principal do movimento operário da Europa ocidental da França para a Alemanha, e é preciso apenas comparar o movimento de 1866 até hoje em ambos países para ver, que a classe trabalhadora alemã é superior à francesa em termos de teoria e organização. A sua supremacia no campo internacional sobre a francesa seria no mesmo instante a supremacia da nossa teoria sobre aquela de Proudhon etc. (MARX, 1977, pp. 5–7, tradução do autor).

Este trecho demonstra, ao lado de um cálculo geopolítico duvidoso, que embora a luta do proletariado não seja em si uma questão nacional, as formas como esta luta estava sendo conduzida (ou devia ser conduzida na visão dos seus diversos teóricos) foram sujeitas a interpretações (e clichês) nacionais. Por um lado, a social-democracia alemã centralizadora, bem organizada, inspiração para as classes trabalhadoras do mundo inteiro; do outro lado o socialismo débil francês, inflicto pelas teorias incoerentes do anarquista Proudhon.² Esta visão, obviamente, tem uma certa base empírica: o proletariado não é - e

¹ “Ainda vive uma chama / Ainda verdeja uma semente / não desespera nem se desanima / no princípio era o ato!” Excerto do *Lied des Trotzes*, um poema por Otto Erich Hartleben (HARTLEBEN, 1906, p. 36-37), que foi tornado numa música pelo compositor Peter Ortmann. A música foi cantada por grupos de canto libertários do movimento sindicalista. (KLAN/NELLES, 1990, p. 324)

² O economista, jornalista, filósofo e político Pierre-Joseph Proudhon (Besançon, 1809 – Paris, 1865) é considerado a primeira pessoa a se reivindicar como “anarquista”, porém o seu legado não é sem ambiguidades visto os aspectos antisemitas, sexistas e racistas da sua obra. Mesmo assim Proudhon, como economista e

nunca foi - uma massa global indiferenciada. As suas lutas se desenrolam em contextos específicos, nacionais, regionais e locais, que são também espaços de disputas de direção e de construção de hegemônias. Esta perspectiva, no entanto, se torna estereotipada e ideológica no pior dos sentidos quando ela é reificada por concepções teleológicas e evolucionistas, ofuscando os conflitos e as relações de poder como aquilo que foi expulso no processo da construção de hegemonia.

A história do sindicalismo na Alemanha, foi calada, renegada ou denunciada como um produto estrangeiro pelas dominantes historiografias liberais ou marxistas do século XX,³ nos permite questionar o estereótipo de uma classe trabalhadora alemã seguindo uniformemente o modelo “bismarxista”⁴, que prevaleceu na social-democracia depois do fim das Leis Antissocialistas. O seguinte texto pretende servir como introdução para esta temática e as diversas pesquisas que revisitam este quadro.

Antes, todavia, o termo “sindicalismo” necessita de uma certa explicação metodológica: o conceito serve para destacar a especificidade de um movimento sindical que se formou no confronto com o centralismo e autoritarismo da social-democracia alemã. Isto, no entanto, não significa que a história deste movimento podia ser contada como uma história estritamente nacional. O desenvolvimento da tradição sindicalista na Alemanha ocorre em grande medida no exílio, o que além de sofrimentos conferiu aos militantes a

teórico do federalismo, contribuiu tanto para a formação do movimento operário francês como para a teoria marxista, sendo ele também a primeira pessoa a falar sobre “socialismo científico.

³ A história do movimento sindical alemão editada por Deppe et al., por exemplo, um volume de quase 800 páginas, menciona o anarcossindicalismo em apenas uma frase, exclusivamente para notar a sua marginalidade (Deppe et al., 1989, p. 193). Hans Manfred Bock, por outro lado, embora seu estudo fosse pioneiro em 1969, denuncia o anarcossindicalismo alemão como um movimento artificial sem substância além das teorias importadas do sindicalismo francês. Bock atribui a orientação anarquista da organização apenas à influência intelectual de Rudolf Rocker (BOCK, 1993, p. 153-167), sem, no entanto, explicar como este indivíduo, que havia recentemente voltado do exílio e privado de qualquer autoridade institucional, conseguiu manipular milhares de operários. Pesquisas mais recentes, como aquelas de Nelles, Klan e Rübner, reverteram este quadro e mostram como o anarcossindicalismo se desenvolve organicamente a partir de experiências concretas.

⁴ O termo *Bismarxismus* foi cunhado pelo anarquista e poeta Erich Mühsam (Berlim, 1878 – Campo de concentração de Oranienburg, 1934), que, em comparar Marx ao chanceler Otto von Bismarck, o provocador da Guerra Franco-Prussiana, criticou o autoritarismo do teórico comunista e em consequência da social-democracia e do marxismo-leninismo (MÜHSAM, 1927, pp. 65-71). O seu artigo fecha com as palavras seguintes: “O marxismo [...], em todas as suas escritas teóricas, nunca fala do socialismo, ele se esgota na análise e na crítica ao capitalismo. Em pressupor a doutrina hegeliana da razão em todas as coisas e afirmar a necessidade fatal do período capitalista, mesmo tornando o seu desenvolvimento até um ponto futuro culminante a base da sua doutrina revolucionária, ele afirma todas as precondições do capitalismo, afirma o estado, o centralismo, o princípio da autoridade, tudo em que o capitalismo se baseia. O proletariado não poderá chegar até o socialismo, antes de negar, na sua luta de libertação, aquelas doutrinas que são as raízes de toda idolatria do estado: autoridade e disciplina, centralismo e burocratismo, positivismo e fatalismo. A ciência, dizia Bakunin, serve para iluminar a vida, não para regê-la. Não é a ciência contestável do marxismo, nada mais que um bismarxismo, que devia dirigir a luta do proletariado revolucionário, mas a crença religiosa incontestável no seu direito e no seu poder, o ódio à exploração e a sua vontade de liberdade! (tradução do autor)”.

oportunidade de aprender com experiências estrangeiras, como aquelas do operariado francês tão menosprezado por Marx, e de construir redes internacionais. A sua orientação internacionalista pode ser exemplificada pelo fato de que uma das mais importantes contribuições históricas dos sindicalistas alemães consiste na tentativa de construir um poder sindical global independente das instrumentalizações soviéticas. O próprio termo “sindicalismo” é um documento destas redes e trocas. A palavra alemã *Gewerkschaft* pode ser considerada o equivalente do termo francês *syndicat*, enquanto a palavra *Syndikat* em alemão foi usada primeiramente como sinônimo de “cartel”. Porém, em contraste com a França, na Alemanha o próprio conceito de *Gewerkschaft* chegou a ser definido por uma divisão de trabalho rígida entre sindicato como organização estritamente econômica, e o partido social-democrata como organização política. Por causa disso, defensores de um movimento sindical autônomo e político decidiram introduzir o empréstimo *Syndikalismus* (ou seja, “sindicalismo”) para a língua alemã com o objetivo de destacar o caráter específico do seu movimento.⁵ O uso seguinte do termo sindicalismo segue esta lógica, pois ele nem serve para denominar o movimento sindical em geral, nem pretende conformar à tipologia daqueles que no Brasil querem distinguir estritamente o sindicalismo revolucionário do anarcossindicalismo.⁶ Em vez disso, “sindicalismo” deve ser compreendido neste contexto como um símbolo construído por um movimento específico para definir a sua identidade.

Não apenas o próprio movimento operário, mas também as suas diversas historiografias nacionais demonstram vertentes e dificuldades específicas. Uma destas especificidades no Brasil é que o marxismo (ou, mais precisamente, o leninismo) foi muitas vezes construído pelas historiografias como um passo evolutivo do movimento operário a partir do anarquismo antes predominante. Esta visão pode ser ilustrada a partir das biografias das principais lideranças do movimento comunista durante o seu período formativo, que iniciaram as suas militâncias como anarquistas. Porém, no caso apresentado a seguir, temos a via oposta: militantes da social-democracia hegemônica pelos conceitos marxistas se assumindo como anarquistas e concretizando o seu programa de transformação

⁵ Um vestígio deste debate pode ser encontrado na declaração dos princípios do sindicalismo por Rudolf Rocker, onde o texto, nos últimos parágrafos, defende o uso termo “sindicalismo” contra as conotações pejorativas da palavra no alemão, citando o seu significado internacional (ROCKER, 1919).

⁶ Contudo, não pretendemos questionar, que é razoável distinguir entre sindicalismo revolucionário e anarcossindicalismo como duas variedades do sindicalismo de intenção revolucionária (SANTOS/SILVA, 2020). Porém o uso de terminologia depende do método e enquanto essa tipologia seja útil para um estudo comparativo, no nosso caso acreditamos ser mais informativo usar o termo sindicalismo ou *Syndikalismus* no sentido como este significante foi construído pelos agentes históricos no contexto examinado.

social em nítida demarcação contra a doutrina das vertentes do marxismo autoritário. Na sua obra famosa *O que fazer?*, Lênin destaca:

Dissemos que os operários nem sequer podiam ter consciência social-democrata. Esta só podia ser introduzida de fora. A história de todos os países testemunha que a classe operária, exclusivamente com as suas próprias forças, só é capaz de desenvolver uma consciência trade-unionista, quer dizer, a convicção de que é necessário agrupar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, exigir do governo estas ou aquelas leis necessárias aos operários, etc. Por seu lado, a doutrina do socialismo nasceu de teorias filosóficas, históricas e económicas elaboradas por representantes instruídos das classes possidentes, por intelectuais. Os próprios fundadores do socialismo científico moderno, Marx e Engels, pertenciam, pela sua situação social, à intelectualidade burguesa (LÊNIN, 1902, p. 20)

Ou seja, por si só o movimento operário, representado organicamente pelos seus sindicatos, seria capaz de apenas negociar as condições da sua sujeição. Portanto, para tornar o operariado uma capacidade revolucionária seria necessária a intervenção de outra classe, de uma vanguarda. Dessas convicções básicas se deduz a necessidade de um partido disciplinado de revolucionários doutrinados que iluminam e dirigem os trabalhadores para ir além da sua consciência sindical ou “trade-unionista”, conquistar o poder político e, ao decretar o socialismo, cumprir o seu objetivo histórico. Quando Rudolf Rocker (Mainz, 1873 – Mohegan Colony, estado de Nova Iorque, 1958), encadernador e principal teórico do sindicalismo no contexto alemão, formula a *Declaração dos princípios do sindicalismo* em 1919, as suas teses podem ser compreendidas como uma clara recusa às pretensões leninistas:

Os sindicalistas estão convencidos, que a organização de uma ordem económica socialista não pode ser regulada por decisões de governos e decretos, mas apenas pela união de todos os trabalhadores de mente e de mão em todas as áreas de produção: Através do controle da administração de cada empresa pelos próprios produtores [...]. Os sindicalistas mantem a posição que os partidos políticos, não importa de qual ideologia, nunca serão capazes de conduzir a construção do socialismo e que esta obra apenas poderá ser conduzida pelas organizações de luta económica dos próprios trabalhadores. Por causa disto compreendemos o sindicato não apenas como um produto temporário da sociedade capitalista, mas como a gameta da organização económica socialista do futuro. Neste sentido os sindicalistas procuram já hoje uma forma de organização que os capacita de

cumprir a sua missão histórica e ao mesmo tempo se mostre adequada para a luta diária por melhorias nas condições de salário e de trabalho (ROCKER, 1919, tradução do autor).

O que fica claro aqui é que tanto Lênin como Rocker acreditavam que a revolução exigia uma prévia mudança da consciência e subjetividade dos trabalhadores. Porém, diferente de Lênin, Rocker insistia que essa mudança não seria a influência pedagógica de intelectuais burgueses radicalizados, mas que a própria luta sindical, além de melhorar a sua situação de trabalho, daria aos trabalhadores o que eles precisavam de consciência para radicalmente alterar a sua realidade – com a condição de que essa luta seria conduzida numa forma organizacional que prefigurava a sociedade futura. Ou seja, quando os seus meios estivessem alinhados aos seus fins. Princípios do sindicalismo como a livre associação, autogestão, federalismo, ação direta e ajuda mútua assim serviam, além de fornecer melhorias imediatas, para mediar uma compreensão do que seria o socialismo e possibilitar experiências para a formação de uma classe trabalhadora militante e radical, capaz de gerir as suas próprias necessidades econômicas e políticas. O ponto de partida deste artigo é que este programa não é simplesmente a invenção de um teórico revolucionário, mas que essas teses se baseiam em experiências coletivas que podem ser traçadas a partir do próprio histórico organizacional do movimento sindicalista. Seguindo uma tipologia concebida por Nelles e Rübner (NELLES/RÜBNER, 2014, p. 183), pretendemos demonstrar como, na sequência de quatro gerações políticas de militantes sindicais, a consciência sindical desprezada por Lênin se desenvolve e radicaliza, formando uma das alas mais militantes do movimento operário na Alemanha.

Prelúdio: A ambivalência do sindicato na tradição socialista alemã

Embora o desenvolvimento do movimento sindical na Alemanha esteja fortemente interligado à história da social-democracia, o desprezo da luta sindical, também mostrado por Lênin, tem uma longa tradição no movimento socialista. Ferdinand Lassalle (Breslávia /Breslau, 1825 – Carouge, 1864) e os seus adeptos da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (*Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein*, ADAV) acreditavam ser inútil a luta por melhorias de salário etc., pois a “lei ferrenha” da lógica capitalista revertera qualquer conquista. Lassalle e os seus seguidores, conseqüentemente, apostaram exclusivamente na luta política parlamentar, empenhando transformar os trabalhadores em eleitores. (DEPPE et al., 1989, pp. 31–38)

No outro campo da social-democracia, representado pela “fração de Eisenach” e seu Partido dos Trabalhadores Social-democrata (*Sozialdemokratische Arbeiterpartei*, SDAP), existia uma visão diferente. O tipógrafo Carl Hillmann (Saxônia, 1841 – Lubeque, 1897), por exemplo, propagava o poder sindical como um poder paralelo ao partido, destacando entre outros a função do sindicato como um campo de exercício para o desenvolvimento de uma autogestão democrática. Dessa forma, ele delineou o conceito citado por Rocker, de que o sindicato podia servir como embrião da sociedade futura. No entanto, com a fusão das duas alas da social-democracia em 1875, a visão de Lassalle sobre a prioridade da luta partidária-parlamentar se tornou dominante. (MEHRING, 1909, pp. 57–59; KLAN/NELLES, 1990, p. 14) A seguinte exploração de um poder sindical autônomo não se deu tanto por uma nova decisão de direção, mas a uma necessidade imposta pela repressão.

O movimento localista: pioneiros sindicais social-democratas

O sindicalismo alemão se forma a partir de uma tradição de luta sindical e de democracia de base estabelecida durante o período das Leis Antissocialistas que estavam em poder entre 1878 e 1890. Temendo um movimento revolucionário, como a Comuna de Paris de 1871, o chanceler Otto von Bismarck impôs uma série de medidas legais para restringir a influência do movimento social-democrata, limitando severamente as liberdades de associação, expressão e imprensa dos socialistas. Mais relevante para este contexto, o movimento sindical foi drasticamente reprimido. A única forma de organização sindical possível sobre estas condições foram associações locais de ofício, que pelo seu caráter semiclandestino, informal ou supostamente apolítico conseguiram evitar a repressão. Neste contexto, não houve mais uma divisão entre organização política e econômica na base do movimento social-democrata. Os sindicatos eram os principais espaços onde os social-democratas podiam se organizar para realizar o seu trabalho político.

Para coordenar ações mais amplas, tais como greves, estas associações desenvolveram um sistema ilegal de *Vertrauensmänner* (homens de confiança), eleitos pelas suas bases, que formaram uma rede clandestina de comunicação no plano regional e nacional. Desta forma, menos por uma estratégia elaborada que pelas necessidades práticas da repressão, estes grupos praticaram uma forma de democracia de base, de federalismo e livre-associação que foi uma experiência formativa para uma geração pioneira de militantes sindicais social-democratas. Nisto, os militantes, em sua maioria trabalhadores artesanais das áreas de construção, ferragem e imprensa, nascidos entre 1850 e 1870, também se

aproveitaram de práticas e redes associativas tradicionais dos seus ofícios que precediam a industrialização (NELLES/RÜBNER, 2014, pp. 184, 188).

A gradual dissolução destes meios artesanais pela ampliação da produção industrial, em conjunto com a repressão do Estado e a prática da circulação de listas alertando empresários sobre potenciais agitadores gerou outro momento formativo: a migração da miséria e o exílio político. Esta experiência, embora que subjetivamente dolorosa, contribuiu para a intensificação de redes entre as diversas bases sindicais que acolhiam os desenraizados. Além de servir como vetores para a transmissão de conhecimentos, os militantes itinerantes, tanto pela sua experiência como pela fama adquirida nas suas lutas, frequentemente se destacaram como lideranças. A intensa mobilidade dos militantes forneceu também experiências internacionais. O luthier Andreas Kleinlein (Nuremberga, 1864 – Berlim, 1925), por exemplo, durante sua *odisseia* de muitos anos, também viveu na França, onde ele conheceu um movimento sindical cujas propostas de autonomia política chegaram a exercer grande influência sobre o sindicalismo alemão. Desta forma, os movimentos nacionais e internacionais de militantes sindicais tinham um caráter duplo, sendo, ao mesmo tempo, migrações (semi-)forçadas, e jornadas de agitação e de aprendizado militante. Essas experiências contribuíram para a formação de um movimento sindical combativo, que passou a ser conhecido como “localistas” (*Lokalisten*), pela valorização da autonomia das suas bases. Embora os seus militantes se compreendessem firmemente como social-democratas, o movimento localista, tanto na sua teoria como na prática, tinha um forte caráter proto-sindicalista, que tornou o localismo uma força oposta às tendências legalistas, reformistas e centralistas da social-democracia (ALBRECHT, 1982, p. 413-414; NELLES/RÜBNER, 2014, p. 189, 192).

Quando, em 1890, as Leis Antissocialistas foram suspensas, as contradições latentes na questão da organização sindical se tornaram manifestas. No momento que os sindicatos foram novamente legalizados, a ala dominante do movimento sindical social-democrata exigiu a formação de centrais sindicais legais. Os localistas, no entanto, recusaram-se a desistir da sua autonomia de ação e das suas práticas de democracia direta, sublinhando a eficácia do seu modelo organizacional perante a repressão. Mais importante foi o fato de que as leis associativas do período ainda permitiam a formação de sindicatos apenas se estes se constituíram como entidades apolíticas. Assim a centralização do movimento sindical teria a consequência de institucionalizar uma divisão de trabalho entre o sindicato como uma organização meramente de reivindicações econômicas, e o partido como organização política.

Convencidos que a superação do capitalismo exigia um movimento sindical revolucionário, os localistas criticavam fortemente a limitação e despolitização da luta sindical. Nesta contenda, uma parte do movimento localista acabou sendo absorvido pelas centrais. Os restantes, no entanto, formaram uma nova organização nacional em 1897, se contrapondo aos sindicatos centrais: a Livre Associação de Sindicatos Alemães (*Freie Vereinigung deutscher Gewerkschaften*, FVdG), baseada em princípios como federalismo, autonomia de ação das bases e sem a crescente casta de funcionários profissionais das centrais. Ainda se compreendendo como uma ala de vanguarda da social-democracia, a Livre Associação acabou sendo marginalizada e finalmente expulsa do movimento social-democrata, um evento que forçou os seus militantes a reinventar a sua identidade política (NEUMANN, 2015, p. 53–56; NELLES/RÜBNER, 2014, pp. 190–191; BOCK, 1993, pp. 23–26).

A Livre Associação: fundadores sindicalistas

No processo que levou a Livre Associação às margens da social-democracia e além delas, outro conflito interno do movimento teve um papel decisivo: durante a época das leis antissocialistas se formou uma oposição de esquerda por dentro do próprio partido, criticando o apoio da social-democracia às políticas colonialistas do reino, a estratégia parlamentarista, o centralismo e as tendências de reformismo das principais lideranças social-democratas. Porém, o movimento dos “Jovens” – que, diferente do que a denominação sugere, muitas vezes compreendia militantes experientes com marcada formação marxista – se mostrou incapaz de reformar a social-democracia e os seus aderentes foram expulsos do partido no congresso de Erfurt, em 1891. Alguns dos excluídos desistiram das suas críticas e voltaram para o berço da social-democracia; outros, no entanto, como o escritor Gustav Landauer (Karlsruhe, 1870 – Munique, 1919) e o próprio Rudolf Rocker, embarcaram para novos destinos e assumiram para si o título de “anarquista”, que lhes foi originalmente atribuído com intenção pejorativa pelos seus adversários à direita por dentro da social-democracia (BOCK, 1993, pp. 5–12).

Embora lideranças localistas, como Fritz Kater (Barleben, Saxônia 1861 – Berlim, 1945), tivessem simpatia pelos “Jovens”, localistas e “Jovens” eram movimentos distintos. Porém, eles acabavam sendo retoricamente associados, principalmente pelas lideranças das centrais sindicais, que adaptaram o processo de expulsão dos “Jovens” como modelo para lidar com a oposição sindical. Assim, os militantes da Livre Associação foram denunciados como “anarquistas” ou “sindicalistas”, comparando-os com o sindicalismo francês da *Confédération générale du travail* (CGT), que foi ativamente combatido pela social-democracia

alemã na sua tentativa de hegemonizar o movimento operário europeu (LEICH/KRUSE, pp. 51–54). Nesse confronto cada vez mais polêmico, a gestão do partido, inicialmente neutra, acabou se posicionando ao lado das centrais sindicais. Um debate iniciado pela Livre Associação, em 1905, sobre a greve geral como meio revolucionário, uma estratégia plenamente rejeitada pela gestão do partido, aprofundou ainda mais as cisões. Em 1908, o conflito culminou na decisão da gestão do partido de decretar a incompatibilidade entre partido social-democrata e a Livre Associação, forçando os seus membros a decidirem entre o partido e o sindicato. Esta manobra conseguiu rachar o movimento localista: a Livre Associação perdeu quase dois terços da sua base de 17.500 membros entre 1907 e 1910. Dessa maneira, no campo da social-democracia, a construção da divisão de trabalho entre sindicato e o partido foi concluída e continua a ser atual até hoje. Contrastando com a alegação de Lênin, a própria social-democracia, o seu dirigismo e centralismo limitou o papel dos sindicatos como forças revolucionárias, reproduzindo a dicotomia burguesa entre economia e política (NELLES/RÜBNER, 2014, pp. 190; KLAN/NELLES, 1990, pp. 14–17; BOCK, 1993, pp. 26–32).

Estes conflitos mostraram a social-democracia – embora na teoria ainda um movimento revolucionário – cada vez mais como uma força revisionista na prática, procurando o respeito das classes médias e da monarquia. O rompimento com a social-democracia constituiu a experiência formativa de uma segunda geração de militantes sindicais nascidos entre 1870 e 1880. Como o manufator de escovas Friedrich Kniestedt (Köthen, Saxonia 1873 – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 1947) ou o ladrilhador Carl Windhoff (Düsseldorf, 1872 – Düsseldorf 1941)⁷ eles confrontavam a gestão do partido, optando, por exemplo, pela greve geral revolucionária e, como consequência, foram forçados a construir um novo campo político. Assegurando-se das suas formas de organização e ação, federalismo, ação direta e greve geral, os militantes deixaram de negar as influências do anarquismo e sindicalismo e ainda, pouco a pouco, passaram a defender estas orientações. Nesse contexto, o antigo termo *Lokalismus* parece ser substituído paulatinamente por *Syndikalismus*, uma filiação que também permitiu aos militantes de se inserir num novo movimento internacional, tomando parte do primeiro congresso sindicalista internacional, em 1913 (BOCK, 1993, p. 104).

Mesmo que as convicções anarquistas possam ser consideradas predominantes entre os militantes da Livre Associação desta época, o sindicato nunca se reivindicou como

⁷ DÖHRING 2011 oferece uma biografia de Windhoff, destacando a militância como aspecto central da sua vida.

organização anarquista. Em vez disso, parecia que as intensas relações com a Federação Anarquista da Alemanha (*Anarchistische Föderation Deutschlands*, AFD) iam restituir o dualismo entre organização política e econômica. Como a Livre Associação, a Federação Anarquista também tinha se originado da social-democracia. A organização foi fundada, em 1897, por dissidentes “jovens”, como Rudolf Rocker, depois da sua expulsão do partido. A organização representava um anarquismo de foco classista, com forte influência do anarco-comunismo de Kropotkin. Depois do rompimento da Livre Associação com a social-democracia, as duas organizações se aproximaram, tanto que muitos militantes eram membros de ambos grupos (NELLES/RÜBNER, 2014, pp. 190–193; KLAN/NELLES, 1990, pp. 15–19, 25–27).

Um panfleto da Livre Associação (citado em KLAN/NELLES, 1990, p. 18, tradução do autor) retrata a diferença entre a sua organização e as centrais sindicais da seguinte forma:

As centrais sindicais

Forma de organização: centralista

Falta de autonomia dos grupos locais

A diretoria principal controla a verba

Greves tem que ser registrados previamente

A diretoria principal pode proibir e abortar greves

Os membros são educados para a disciplina

As greves são lutas majoritariamente defensivas

Os sindicatos defendem interesses de profissões

As centrais agem como representantes dos trabalhadores

As centrais ganham membros com a promessa de auxílios no caso de doença, desemprego ou morte

As centrais procuram reformas por dentro do sistema capitalista

As centrais fazem uma política de tabela salarial extensa

As centrais são aderentes da greve mínima

As centrais querem reformar o exército

A Livre Associação

Forma de organização: federalista

Autonomia dos grupos locais

Cada grupo local tem a sua própria verba

Cada organização tem o direito a greve em todo momento

Os membros são educados para a solidariedade

- As lutas dos localistas são majoritariamente lutas ofensivas
- A Livre Associação representa interesses de classe
- A Livre Associação recomenda o meio da ação direta
- A Livre Associação paga apenas apoio para grevistas e punidos
- A Livre Associação propaga meios revolucionários para superar o capitalismo
- A Livre Associação não quer paz com os empresários mas a luta contra o empresariado
- A Livre Associação defende a ideia da greve geral e de massas
- A Livre Associação luta contra o militarismo em princípio

O posicionamento radical e antirreformista da Livre Associação não apenas custou à organização uma parte de seus membros, mas também forneceu um influxo de outros militantes insatisfeitos com o desenvolvimento da social-democracia e do movimento sindical predominante. Assim a organização foi capaz de conduzir greves que minaram a autoridade das centrais, que se posicionaram como forças de ordem, visando o cumprimento de contratos coletivos de trabalho. Porém, a intensa militância e a nova proximidade com o anarquismo, temido pelas autoridades por conta da antiga política da propaganda pelo ato,⁸ também trouxeram consigo um novo avanço da repressão. Isso novamente tornou muitos militantes cosmopolitas involuntários,⁹ mas também contribuiu para a formação de redes de solidariedade internacionais. Rudolf Rocker, por exemplo, se tornou um organizador do movimento sindical judaico de Londres e construiu laços de amizade com intelectuais anarquistas conhecidos como Kropotkin e Malatesta (NELLES/RÜBNER, 2014, pp. 194–196).

O início da primeira guerra mundial, em 1914, marca um novo auge da repressão. Enquanto as lideranças social-democratas, tentando se provarem como respeitáveis patriotas, declararam o seu apoio ao esforço de guerra, a Livre Associação se dedicou à

⁸ A propaganda pelo ato foi uma estratégia do anarquismo do século XIX que procurou difundir ideias anarquistas não apenas através de panfletos ou palestras, mas através da ação. No sentido mais limitado a propaganda pelo ato se tornou sinônimo pelas tentativas de assassinar representantes do poder estadual, com a finalidade de incitar revoltas. Embora muitos militantes anarquistas conhecidos como defensores da propaganda pelo ato fossem imigrantes de origem alemã, entre eles Johan Most como alguns dos mártires de Chicago, essa tendência (como o anarquismo do século XIX em geral) não tinha muita influência na própria Alemanha. A única maior tentativa, um fracassado atentado de dinamite contra o imperador em 1883, contribuiu mais para legitimar as perseguições das seguintes gerações de anarquistas e sindicalistas, que para qualquer outro fim. Em vez de conspiração e do atentado individual da propaganda pelo ato o sindicalismo defendeu a organização de massas e a ação direta coletiva (LINSE, 1982, pp. 28-30).

⁹ Um exemplo interessante para o contexto brasileiro seria Friedrich Kniestedt, que perseguido pela polícia, emigrou para o Brasil, em 1915, onde ele continuou a sua militância, entre outros, como militante sindical e editor da revista *O Sindicalista* na cidade de Porto Alegre (KNIESTEDT, 2013, p. 147). Sindicalistas alemães desta forma participavam na criação de um “atlântico libertário” (WÄTZOLD, 2015, pp. 9-15).

propaganda antimilitarista e internacionalista. Em consequência, a organização é proibida e muitos dos seus militantes conhecidos colocados em prisão preventiva. Pelo fim da guerra, no entanto, militantes sindicalistas se tornariam agitadores e protagonistas da maior insurreição proletária na história da Alemanha, e o sindicalismo, por um momento, num verdadeiro movimento de massas (THORPE, 2000, pp. 195–208 NELLES/RÜBNER, 2014, pp. 184).

Sindicalistas industriais – A FAUD e o sindicalismo de massas

A partir de 1918, o reino, perdendo a guerra e o apoio de segmentos da população cada vez maiores, é abalado por uma série de greves, exigindo melhores condições de trabalho e de vida, a democratização da constituição e o fim da guerra. Porém, estas demandas foram ignoradas e os protestos, em parte organizados por socialistas independentes que rejeitavam o acordo da social-democracia com a monarquia, acabaram se radicalizando. Operários e marinheiros que a direção militar quis sacrificar numa última “batalha decisiva”, se rebelavam, formando conselhos de trabalhadores e soldados que conduziram a Revolução de Novembro de 1918. Greves e mobilizações de massa forçaram o fim da guerra e a abolição da monarquia. As posturas que tinham antes contribuído para a marginalização da Livre Associação, o antimilitarismo, a oposição tanto contra a social-democracia como contra a monarquia, agora tornaram a organização numa alternativa convincente para muitos insatisfeitos (THORPE, 2000, pp. 209–212). A social-democracia, entretanto, temendo uma revolução de padrão russo e se compreendendo como uma força de ordem, empenhou desmobilizar os trabalhadores e desfazer os conselhos. Porém, boa parte do movimento grevista quis avançar para além do alcançado, procurando a socialização dos meios de produção através da autogestão das empresas ocupadas e em consequência a superação do capitalismo.

Neste contexto, militantes da Livre Associação, junto com Partido dos Socialistas Independentes, a Liga Espartaquista e o recém fundado Partido Comunista da Alemanha formaram o campo da esquerda radical que impulsionou o movimento revolucionário e que, por um tempo, conseguiu manter uma unidade de ação. A social-democracia, liderando o primeiro governo pós-monárquico da Alemanha, no entanto, liberou o uso militar dos *Freikorps*, corpos paramilitares frequentemente de orientação de extrema-direita, contra os grevistas e os conselhos revolucionários, se posicionando definitivamente como força reacionária.

A rampante insatisfação de muitos operários com o partido social-democrata e as suas centrais sindicais, que se opuseram ao movimento da socialização das fábricas, e as esperanças de um movimento revolucionário galvanizado tanto pelo horror da guerra mundial como pela influência da revolução russa, foram o contexto para a ampliação dos esforços organizacionais da Livre Associação. Em conjunto com outros movimentos sindicais menores, em 1919, a Livre Associação se refunde como Livre União dos Trabalhadores da Alemanha (*Freie Arbeiter-Union Deutschlands*, FAUD). Na criação e difusão desta organização, que se apresentava como sindicalista ou anarcossindicalista, se destaca uma nova geração de militantes nascidos entre 1880 e 1900, tanto funcionários experienciados do movimento operário como trabalhadores até então não organizados, que foram politizados pela guerra ou pelos eventos revolucionários de 1918. Enquanto os “velhos” sindicalistas serviam como pontos de cristalização organizacional, a nova geração de sindicalistas industriais, majoritariamente das áreas de produção têxtil, metalurgia, mineração, transporte e construção civil, tornou o movimento sindicalista num amplo movimento de massas, com cerca de 120.000 a 150.000 membros no seu ponto culminante (NEUMANN, 2015, p. 124–126; KLAN/NELLES, 1990, p.61–62, 66–73; NELLES/RÜBNER, 2014, pp. 196–197; BOCK, 1993, p. 102–105).

Os Princípios do sindicalismo, escrito por Rocker e já citados no início deste artigo, foram, com poucas modificações, aceitas no congresso fundador da FAUD. Representando um consenso coletivamente negociado, este texto não devia ser lido como uma obra individual, mas como uma síntese de experiências e posições teóricas acumuladas durante as lutas e trocas das últimas décadas. O texto abre com uma detalhada análise do capitalismo e do estado burguês, que demonstra que uma crítica anticapitalista de cunho marxista representou um consenso no movimento sindicalista. As diferenças, no entanto, se mostravam na estratégia de transformação social, que diferencia o movimento (anarco) sindicalista do estatismo social-democrata, seja ele na versão do “bismarxismo” alemão ou na russa de Lênin.

Vejamos então alguns pontos do programa e como ele foi colocado em prática. Talvez a parte mais marcante, comparado a outros movimentos da esquerda radical, seria que a revolução foi concebida também como uma questão cultural. Contrapondo-se ao um determinismo reducionista, que compreendeu a cultura apenas como uma expressão de condições materiais mais profundas, os sindicalistas defendiam que a transformação social tinha como condição prévia uma certa mudança de valores e de comportamentos práticos, exigindo assim um trabalho cultural. Além de estimular consciência de classe, a FAUD

também quis ampliar a subjetividade e autoconfiança do trabalhador. Na visão anarcossindicalista, o sindicato, como campo de uma pedagogia da prática, possibilitava o exercício de condutas solidárias, democráticas e autogestionárias, mas também como meio de produção e difusão cultural, servia a este fim. Dessa maneira, a FAUD se constituiu como um movimento duplo: como sindicato revolucionário e como movimento cultural radical empenhando em criar uma cultura proletária libertária¹⁰ (KLAN/NELLES, 1990, p. 39–48). O trabalho cultural da FAUD incluiu, entre outros, um vívido meio jornalístico, teatros populares, iniciativas musicais, tentativas de criar escolas antiautoritárias e laicas, leituras públicas e a fundação de cooperativas editoriais para tornar os livros mais acessíveis aos operários. Além disto, integrantes da FAUD também participaram dos movimentos alternativos dos anos 1920, por exemplo, na tentativa de construir vivências diferentes em projetos de assentamento. Porém, estes projetos também foram criticados porque se temia que isso ia tornar o movimento uma seita deslocada dos outros trabalhadores (KLAN/NELLES, 1990, p. 268–284, 317–334).

Podíamos explicar esta orientação a partir da história intelectual do anarquismo e sindicalismo na Alemanha, citando teorias do social-democrata Carl Hillmann sobre o papel do sindicato, ou a insistência de teóricos anarquistas, como Gustav Landauer, de que a revolução socialista seria possível apenas através de “germens” da nova sociedade, exigindo a construção de relações diferentes, não como resultado, mas como condição da transformação (GEUENICH, pp. 385–386).¹¹ Isto, no entanto, não explica porque esses conceitos faziam tanto sentido para tantos operários revolucionários. De fato, a própria experiência de várias gerações de militantes sindicais mostrou que o sindicato e, num sentido mais amplo, o inteiro conjunto associativo do operariado, constituiu o que podia ser descrito como uma contracultura, um meio de socialização secundário avesso aos meios tradicionais e autoritários, como a igreja, a escola ou a família. Como um espaço de formação e debate, de aquisição e mediação de experiências e de construção de subjetividades, o meio sindical foi uma escola de militantes revolucionários que se destacaram pela sua eloquência, coerência teórica e sua capacidade de agir tanto nas micropolíticas das fábricas como na construção de redes nacionais e internacionais, sem jamais reivindicar para si privilégios

¹⁰ Para uma detalhada análise dos debates e conceitos de pedagogia por volta do sindicalismo veja o estudo de GEUENICH 2018.

¹¹ Na revista *Der Sozialist* Landauer escreve “Estado, isso quer dizer um vínculo, uma relação, uma forma de como as pessoas se comportam um ao outro; ele é destruído quando se cria outras relações, quando se comporta de forma diferente um ao outro” (LANDAUER, 1910, p. 1, tradução do autor). Neste sentido, Landauer enfatizava a necessidade de construir o socialismo em práticas cotidianas, rejeitando a ideia que ele podia ser introduzido por um golpe de estado ou pela eliminação daqueles em poder.

institucionais, algo impedido pela própria forma de organização. Esses “intelectuais operários” não foram burgueses radicalizados que desciam do seu alto para iluminar a plebe, mas trabalhadores que se apropriaram de um conhecimento crítico, sintetizando-o com as condições e necessidades pragmáticas das suas lutas cotidianas, ganhando assim uma perspectiva revolucionária (NELLES/RÜBNER, 2014, pp. 180–183). Desta forma, a orientação programática da FAUD também pode ser considerada como resultado de processo de aprendizado prático.

Outro elemento destacado do programa é a renúncia já citada da submissão sobre um partido político e à política parlamentar em geral. Em vez disto, os *Princípios do sindicalismo* enfatizam a luta no meio econômico. Uma vez tendo conquistado os meios de produção através da greve geral revolucionária, que mostrou o seu potencial em 1918, os trabalhadores não deviam ceder a iniciativa à um partido político para colher os ganhos, mas se aproveitar do seu próprio poder econômico e da sua organização sindical para construir o socialismo. Neste contexto, o conceito do federalismo (como o seu pendente, a autonomia), antigamente um modelo pragmático para evitar a repressão, foi tanto concretizado como ampliado: a FAUD se constituiu a partir de sindicatos locais autônomos, que não foram mais subdivididos exclusivamente a partir de ofícios, como ainda era o caso da Livre Associação, mas principalmente em “federações industriais” que representavam áreas de produção, por exemplo, a indústria têxtil, metalúrgica ou madeireira. A atuação destes sindicatos foi integrada por uma outra instituição local autogestionária, a bolsa de trabalho (*Arbeiterbörse*), um conceito inspirado pela *bourse du travail* do sindicalismo francês.¹² Em vez de uma organização de produtores, a bolsa de trabalho representava uma organização de consumidores, com comités para funções específicas como agitação, educação, atividades culturais e o apoio para presos e as suas famílias. No socialismo, a função da bolsa de trabalho seria, entre outras, de determinar a demanda de produtos de consumo da comunidade local e comunicar esta demanda para as federações industriais. Na atuação prática da FAUD, as bolsas de trabalho tinham um papel importante para a organização de desempregados cujos números explodiam com o decorrer da Grande Depressão. Essas estruturas autônomas, tanto as federações industriais como as bolsas de trabalho, se associavam em grupos maiores até nacionalmente, representando, assim, tanto uma organização sindical quanto um

¹² Para uma explicação do conceito da *bourse du travail* e da sua história veja JENNINGS 1990, pp. 11-56.

modelo de um socialismo democrático, descentralizado e autogestionário (DÖHRING, 2012, pp. 8–9; KLAN/NELLES, 1990, p. 32f, 73, 118–123).¹³

Além dessa concretização, os conceitos de federalismo e livre associação também foram ampliados no sentido de servirem como vias pragmáticas para a realização das reivindicações de categorias mais diversas, como aquelas de grupos étnicos e culturais específicos, rejeitando no mesmo instante soluções nacionalistas. Dessa forma, o conceito do federalismo, como descrito nos *Princípios do sindicalismo* apresenta a visão de um mundo sem fronteiras, periferias ou metrópoles, uma ideia posteriormente articulada de forma comparável pelo confederalismo democrático ou no lema de “um mundo onde caibam muitos mundos” do zapatistas, mais recentemente. Além disso, esta concepção foi uma porta de entrada para categorias não consideradas no documento fundador do (anarco-)sindicalismo alemão, como mulheres e jovens, que em breve reivindicaram a sua própria autonomia por dentro do movimento. Os conflitos que estas exigências geravam por dentro da FAUD mostram que houve aqui, como ainda há hoje entre aqueles que se consideram progressistas, uma tensão entre autoimagem libertária e práticas autoritárias cotidianas. O caso da liga de mulheres sindicalistas (*Syndikalistischer Frauenbund*, SFB) será explorado com mais detalhes no anexo.

Mesmo com um programa distinto das concepções dominantes do marxismo e tensões crescentes, os sindicalistas ainda mantiveram uma certa união de ação com os outros grupos da esquerda revolucionária. Quando uma greve geral derruba a tentativa de uma restauração antidemocrática em 1920, os grevistas novamente se radicalizam, iniciando um amplo levante na região da Ruhr, uma das principais áreas industriais da Alemanha. Mesmo com a violência nunca sendo considerada como meio revolucionário primário pela FAUD e plenamente rejeitada pela comissão geral que coordenava a atuação da FAUD entre os congressos, sindicalistas, ao lado de militantes de partidos marxistas, tomaram as armas e formaram um “exército vermelho”, que chegou a incorporar até 50.000 membros. Em seguida, a participação dos sindicalistas nesses eventos foi muitas vezes omitida ou marginalizada por historiadores marxistas. Porém, de fato, sindicalistas chegaram até a formar a principal força do levante em algumas regiões. Outra vez o governo social-democrata liberou a mobilização das milícias dos *Freikorps*, como também do restante exército nacional para esmagar o levante, uma decisão que culmina num regime de terror

¹³ Contudo, este modelo organizacional complexo nunca foi completamente realizado em todas as regiões da Alemanha (KLAN/NELLES, 1990, p. 118–123).

com fuzilamentos arbitrários e prisões em massa (JENKO, 2007, p. 20–21; KLAN/NELLES, 1990, p. 76–79; 90–91).

Depois destas derrotas, a unidade de ação entre sindicalistas e comunistas, cujas bases inicialmente são quase indistinguíveis, é reposta por uma crescente polarização. A opção do Partido Comunista Alemão pela participação na política parlamentar e as suas tendências mais e mais autoritárias, defendendo o modelo russo criticado por muitos anarquistas e denunciando o sindicalismo, afunda qualquer consenso prático posterior. (BOCK, 1993, 153–156; NELLES/RÜBNER, 2014, pp. 185–186). A nova concorrência se torna mais pronunciada, quando a União Soviética reclama a hegemonia sobre o movimento sindical global com a fundação da Internacional Sindical Vermelha em 1921. A FAUD, tentando impedir a sujeição e instrumentalização política dos movimentos sindicais radicais, consegue iniciar a formação de uma outra organização internacional, a Associação Internacional dos Trabalhadores, AIT (*Internationale Arbeiterassoziation*, IAA), cujo nome é uma alusão à Primeira Internacional Antiautoritária. A AIT é fundada em Berlim, e a cidade será onexo administrativo da organização por uma década. Com a eventual associação de organizações sindicais nacionais de Argentina, Chile, Dinamarca, dos Países Baixos, Itália, México, Noruega, Portugal, Suécia, Espanha, Bulgária, Polônia, Japão e Bélgica, a AIT consegue severamente limitar a influência da Internacional Sindical Vermelha sobre o movimento sindical global (BOCK, 1993, p. 334–340; TOSSTORFF, 2004, p. 115–118).

Entretanto, Berlim também se torna um abrigo de anarquistas perseguidos, acolhendo entre outros Alexander Berkman, Alexander Schapiro, Emma Goldman, Buenaventura Durruti e Valeriano Orobón Fernandez, que em parte viveram na cidade por vários anos. A importância dos anarcossindicalistas alemães no plano internacional pode ser ilustrada pelos papéis que estes militantes tinham neste campo de ação mesmo depois do desmantelamento da FAUD: durante a revolução espanhola (1936–1939), Helmut Rüdiger (Frankenberg, Saxônia 1903 – Madrid, 1966) foi secretário da AIT em Barcelona, e Augustin Souchy (Ratibor, Silesia 1882 – Munique, 1984) pode ser considerado uma espécie de ministro do exterior da *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT), a organização anarcossindicalista nacional da Espanha. Desta forma, a relevância histórica do sindicalismo alemão não pode ser avaliada apenas a partir do seu papel minoritário no meio do movimento operário alemão (NELLES/RÜBNER, 2014, pp. 206–207).

A característica minoritária da FAUD, porém, ficará muito mais marcada depois do recuo da onda revolucionária até 1924, com a organização se contraindo até cerca 4.300

membros, em 1932. Para identificar as causas deste declínio, podemos nomear não uma causa singular, mas uma variedade de fatores, um reforçando o outro:

- A FAUD, que havia sido recentemente formada a partir da ilegalidade, em 1919, não tinha capacidade organizacional de integrar e formar o imenso influxo de novos membros, nem satisfazer as expectativas revolucionárias imediatas, depois das derrotas dos movimentos grevistas. No entanto, porque suas propostas iam além da revolução imediata, a FAUD também conseguiu acolher militantes das organizações da esquerda comunista, como dos sindicatos unionistas, que se desfizeram depois do período revolucionário (NELLES/RÜBNER, 2014, pp. 186; KLAN/NELLES, 1990, p. 125–126).
- Biografias de militantes sindicalistas mostram intensas experiências de repressão, sofrimento com terror paramilitar dos *Freikorps* e frequentes prisões. Isso foi agravado pela primeira proibição da organização durante o estado de exceção entre 1923 e 1924. Por causa disso, muitos membros se retiraram da militância ou voltaram para organizações reformistas (NELLES/RÜBNER, 2014, pp. 199–200).
- Contendas internas, como sobre a questão da violência revolucionária e a influência de um anarquismo individual, hostil a qualquer forma de organização, contribuíram para a perda de membros e a cisão de grupos (KLAN/NELLES, 1990, p. 33–38, 125).
- Mais importante, o avanço da formalização das relações de trabalho em combinação com o desemprego, difundido já antes da Grande Depressão, enfraqueceu os meios de luta tradicionais do sindicalismo. Desta forma, a FAUD estava confrontada com a necessidade de tomar parte em formas representativas, como os conselhos de empresa, ou negociar contratos coletivos de trabalho, ambos avessos ao princípio da ação direta. Todavia, a capacidade da FAUD de fechar acordos salariais foi negada pela legislação trabalhista, com a justificativa de que a FAUD, como entidade revolucionária, não reconheceria as leis do estado e, portanto, não podia agir como contratante num contrato legal. Desta forma, a FAUD perdeu cada vez mais a sua capacidade de agir efetivamente como um sindicato, sendo reduzido, até certa medida, a uma organização de ideias e de propaganda. Isso foi aliviado pelo fato de que a FAUD tinha se organizado como entidade tanto de produtores como consumidores. Organizando protestos de desempregados, boicotes e ajuda mútua a FAUD explorou novas áreas de militância (DÖHRING, 2012, p. 12; KLAN/NELLES, 1990, 95–98).

- Outro fator importante foi a forte concorrência das centrais sindicais, que não eram apenas superiores em termos quantitativos, mas que também aproveitavam os seus vínculos com o Estado para se livrar da concorrência representada por militantes sindicalistas (KLAN/NELLES, 1990, p. 124).

Assim, pode-se avaliar que no início dos anos 1930 o sindicalismo não tinha êxito como um movimento revolucionário de massas. Não obstante, ele não fracassou como movimento cultural libertário. Além da própria atividade cultural no contexto da organização, os militantes da FAUD, representando uma minoria militante, mas nunca isolada, tinham uma marcante atuação no meio associativo operário mais amplo, reivindicando valores libertários nesses espaços. Contextos em que os militantes sindicalistas tinham papéis de destaque, eram, entre outros, A União de Editores da Esquerda (*Vereinigung linksgerichteter Verleger*), diversas organizações proletárias do movimento de pensadores livres, (*Freidenkerbewegung*) que criava alternativas ateias para as funções sociais da igreja, e a União por Controle de Natalidade e Higiene Sexual (*Reichsverband für Geburtenregelung und Sexualhygiene*), que educava sobre contraceptivos, abortos e facilitava o acesso à ambos. A popular Guilda Libertária dos Amigos do Livro (*Gilde freiheitlicher Bücherfreunde*) até sobreviverá a FAUD, sendo refundada no pós-guerra. Além disso, o sindicalismo também não fracassou na sua reivindicação de ser uma escola da prática, produzindo uma geração própria de militantes (NELLES/RÜBNER, 2014, pp. 187).

Jovens anarcossindicalistas e a resistência antifascista

Os militantes jovens que nos anos 1930 formaram a base mais ativa da FAUD representavam a primeira geração de (anarco-)sindicalistas socializados majoritariamente por fora da tutela da social-democracia, criando o nexo da própria socialização política. Nascidos entre 1900 e 1910, a maioria desses adolescentes foi politizada durante a guerra e o posterior movimento revolucionário. Fundando a Juventude Sindicalista-Anarquista da Alemanha (*Syndikalistisch-Anarchistische Jugend Deutschlands*, SAJD) e conquistando a autonomia perante a organização principal, os jovens militantes formaram um movimento de juventude proletário e antiautoritário que combinava elementos do movimento juvenil predominante da época, que focava experiências de natureza e aventura, com os tenentes do sindicalismo. As experiências e os debates desse período podem ser considerados os movimentos formativos desta geração de militantes (NELLES/RÜBNER, 2014, pp. 201–202; KLAN/NELLES, 1990, p. 190–195, 234–246; DÖHRING, p. 17.).

Seguindo Rübner e Nelles, podemos diferenciar em grosso modo os jovens anarcossindicalistas em três categorias não mutualmente exclusivas (NELLES/RÜBNER, 2014, pp. 204–205):

1. Os “teóricos”, que debatiam, por exemplo, na revista *Die Internationale*, as questões de um “socialismo construtivo”, as cooperativas, o estado social, o fascismo e teorias econômicas marxistas. Neste contexto, pela primeira vez, houve o ingresso de estudantes que se interessavam intelectualmente pelo sindicalismo.
2. Os “ativistas”, que exploravam novas formas de ação para reagir contra as condições impostas tanto pela crise econômica como pela ascensão do terror fascista, resultando na formação de iniciativas de desempregados e de brigadas antifascistas, como os “Bandos Negros” (*Schwarze Scharen*). Os últimos pretendiam proteger eventos públicos da FAUD contra ataques fascistas e difundir propaganda antifascista em ações espetaculares.¹⁴
3. Os “militantes culturais” que encontravam no meio sindicalista amplas possibilidades para viver os seus interesses, por exemplo, em “teatros de ação”, grupos de canto ou clubes de esperanto.

Enquanto boa parte da esquerda considerava a ascensão do fascismo uma onda que ia passar em breve, os sindicalistas tomavam muito sério o risco representado pelo nacional-socialismo e antissemitismo em qual ele se baseava. Não reduzindo o antissemitismo à uma mera manipulação capitalista, este também foi compreendido como um fenômeno psicológico, mediado por uma cultura autoritária que seria um solo fértil para um regime que destruiria todos os valores que o movimento sindicalista representava.¹⁵ Assim, a FAUD já começava a preparar o trabalho na clandestinidade em 1932. Com a organização novamente proibida em 1933, uma parte daqueles militantes, que não foram imediatamente presos, optou pelo exílio. Muitos imigraram para a Espanha, onde eles formaram, por exemplo, o grupo Anarcossindicalistas Alemães (*Deutsche Anarchosyndikalisten*, DAS), que atuou contra a infiltração nacional-socialista, e centenas se juntaram às milícias da CNT durante a revolução espanhola. (NELLES et al. 2013, 51–78, 79–182) Outros permaneceram na Alemanha, formando uma rede clandestina de resistência, cujas estruturas, porém, foram destroçadas até 1937/1938. A geração dos jovens anarcossindicalistas foi a principal força por trás de ambos esforços. Dos cerca de 20.000 membros da oposição clandestina que foram

¹⁴ Para uma visão geral da atuação dos Bandos Negros, diferenciada por várias regiões, veja DÖHRING, 2011.

¹⁵ Um exemplo para a crítica ao antissemitismo, que também incluiu retóricas antissemitas da própria esquerda, pode ser encontrado em ROCKER (1923), que demonstra que o problema já foi tematizado pelos anarcossindicalistas bem antes da ascensão do nacional-socialismo.

presos entre 1935 e 1936, 300 foram membros da ilegalizada FAUD.¹⁶ Em números absolutos, isso pode aparecer pouco, mas proporcionalmente, visto pelo número de membros das respectivas organizações, os sindicalistas carregaram uma parte do peso da resistência bem maior que outros grupos da esquerda, representando, até o fim, uma das alas mais militantes do movimento operário (FOITZIK, 1986, p. 241; NELLES/RÜBNER, 2014, pp. 205; KLAN/NELLES, 1990, p. 158–164).

Uma chama se extingue

Depois da segunda guerra mundial o movimento sindicalista não consegue se reorganizar. Uma parte dos militantes da FAUD tinha falecido nas prisões ou nos campos de concentração, e outros simplesmente desapareceram sem que se saiba o seu fim. Ainda outros, que sobreviviam prisões, torturas ou o serviço militar em que eles foram frequentemente forçados, se retiraram para a vida privada. Muitos exilados nunca voltaram para a Alemanha, com as suas redes internacionais sendo um fator importante na sua eventual assimilação.¹⁷

Uma parte daqueles que não abandonaram o engajamento político no pós-guerra, tentaram realizar as suas ideias de um socialismo libertário em outras vias, ingressando, no caso do oeste, novamente no Partido Social Democrata e em sindicatos regulares. Enquanto a maioria dos ex-sindicalistas se engajou no nível comunal, alguns conseguiram até percorrer carreiras de destaque nestes meios. Herbert Wehner, presidente do Partido Social Democrata, Heinrich Melzer, primeiro presidente da central sindical nacional, e Heinrich Bruckhoff, que herdará o posto de Melzer, são alguns exemplos. Parece que, ironicamente, as suas experiências políticas no movimento sindicalista tinham também os empoderado para serem lideranças bem-sucedidas de organizações que nada tinham de anarquismo ou sindicalismo. No caso do leste, antigos militantes da FAUD também tentavam atuar por dentro do sistema político predominante, entrando no Partido Socialista Unificado da República Democrática Alemã. Porém, na maioria dos casos, estes socialistas libertários foram expulsos do partido durante os anos 1950 (NELLES/RÜBNER, 2014, p. 200, 210).

¹⁶ As atividades dos militantes clandestinos eram, entre outros, a organização de fugas para além das fronteiras, a distribuição de panfletos e outros textos proibidos, a organização de apoio para a revolução na Espanha e ações de propaganda antifascista. Mas talvez o esforço de manter uma rede de comunicação e sociabilidade alternativa seja o aspecto mais importante da resistência sindicalista. (GRAF, 2001, pp. 35-61; KLAN/NELLES, 1990, p. 171-184).

¹⁷ Um exemplo por isso é Helmut Kirschney (Elbefeld, Região do Ruhr, 1913 – Gotemburgo, 2003), que fez parte dos Bandos Negros, lutou na revolução espanhola e ultimamente se refugiou para a Suécia, onde ele se naturalizou em 1955 (JÄNDEL, 2000).

Contudo, também existiam tentativas de reorganizar o anarquismo na Alemanha. Na zona ocupada pela União Soviética, a futura República Democrática Alemã, a tentativa de anarquistas e sindicalistas de formar um congresso foi reprimida e trinta militantes novamente internados num campo de concentração, agora sob controle soviético (DEGEN, 2002, p. 194). No entanto, na República Federal da Alemanha, é formada a Federação de Socialistas Libertários (*Föderation Freiheitlicher Sozialisten*, FFS), porém, sem reivindicação sindical. Nesse contexto, a crítica ao autoritarismo do modelo soviético tinha a tendência de se tornar um anti-marxismo generalizado que se viraria também contra a própria tradição sindicalista. Não sendo um grupo grande, e sem capacidade de atrair uma nova geração de militantes, a Federação de Socialistas Libertários se extingue até 1970, por falecimento ou velhice dos seus integrantes (DÖHRING, 2012, p. 19; NELLES/RÜBNER, 2014, pp. 210–211).

Quando em 1977 se funda a Livre União dos Trabalhadores (*Freie Arbeiter Union*, FAU), uma organização com pretensão de assumir o legado da FAUD, os militantes procuravam resgatar a experiência daqueles velhos anarquistas que, como Augustin Souchy, ainda atuavam. Esse empenho era o sintoma de um fato irreversível: não existia mais uma conexão orgânica entre as gerações de militantes (anarco-)sindicalistas, e a maior parte da experiência de quatro gerações de militantes sindicais revolucionários foi perdida. Mais importante que os ex-membros da FAUD foi a influência de militantes espanhóis da CNT, que estavam exilados na Alemanha ocidental e se articularam com uma nova geração de jovens militantes em busca de um socialismo libertário (DANYLUK/DÖHRING, 2008, p. 20).

Desde então, a FAU tem percorrido um processo lento, mas constante de crescimento, encontrando na crescente precarização das condições de trabalho brechas para atuar e difundir as suas propostas. Organizando informais, como os entregadores de comida, apoiando lutas de trabalhadores imigrantes e buscando, no contexto de uma nova internacional, criar redes de solidariedade por dentro das cadeias de produção e fornecimento, a FAU, como uma minoria militante do movimento sindical, explora campos de ação fora daqueles das centrais. As chamas do movimento sindicalista podem ter sido apagadas, mas embaixo das cinzas ainda arde uma brasa.

Excursão: A liberdade beija todos ou beija ninguém! As ligas de mulheres sindicalistas

No início deste artigo consideramos ideológica qualquer abordagem que ofuscaria o trabalho do poder. Contamos a história das lutas de quatro gerações de militantes radicais para oferecer uma contrapartida a tais visões manipuladoras. No entanto, cairemos no mesmo erro se não tematizarmos as contradições internas do projeto delineado. Não é uma

coincidência, que quase todos os militantes referenciados antes foram homens: o movimento sindicalista foi, em grande medida, um movimento masculino. Ainda mais, a própria atuação como militante foi vinculada com noções de masculinidade. Isso não é uma especificidade do sindicalismo, mas, de certa forma, uma condição que a divisão do trabalho patriarcal, a separação de uma esfera de trabalho produtivo assalariado e uma esfera de trabalho reprodutivo não remunerado e menosprezado – que surgiu junto com o capitalismo – impôs ao movimento operário como todo.

No entanto, o sindicalismo sempre se apresentou como movimento de libertação da classe ou até da humanidade inteira, não apenas do gênero masculino.¹⁸ Esse fato em conjunto com a crescente integração de mulheres no mercado de trabalho e na produção industrial, fez com que os militantes sindicais do gênero masculino fossem confrontados com reivindicações específicas que não podiam ser simplesmente descartadas sem descartar também a nobre concepção de si mesmos. De repente, os militantes tinham que lidar com uma perspectiva em que eles não apareciam como libertadores, mas como opressores. A luta por um espaço feminino de publicidade foi um dos conflitos iniciais, que contribuíram para a formação de um feminismo sindicalista, oposto tanto ao feminismo burguês, como a sua vaidade social-democrata. Publicando no primeiro instante na revista *Die Schöpfung*, que tinha um papel de oposição em relação à comissão operativa que editava o órgão oficial da FAUD *Der Syndikalist*, mulheres como Milly Witkop (Schtetl Slotpol, Ucrânia 1877 – Mohegan Colony, estado de Nova Iorque, 1955) e Herta Barwich conquistaram um regular suplemento na principal revista da organização dedicado às questões femininas. As revistas sindicalistas serão um lugar de uma contenda ainda maior sobre as Ligas Sindicalistas das Mulheres (*Syndikalistischer Frauenbund*, SFB).

As primeiras associações femininas por dentro do meio sindicalista se formaram em 1921, com fins parecidos aos daqueles grupos social-democratas equivalentes: aconselhamento e ajuda mútua em questões de educação, sexualidade e trabalho doméstico, visando ajudar as mulheres a cumprirem o seu papel caseiro. A isso se juntavam propostas para a elaboração de formas de luta femininas, como a greve de natalidade que, contudo, ainda não haviam sido direcionadas contra a dominação masculina. No entanto, isso já era suficiente para incitar ansiedades e agressões masculinas. Durante a primeira conferência nacional das Ligas Sindicalistas das Mulheres, ainda em 1921, a delegada de Düsseldorf

¹⁸ Já nos *Princípios do sindicalismo* Rocker explica: “A exploração do ser humano pelo ser humano é intimamente relacionada à dominação do ser humano pelo ser humano, tanto que o desaparecimento de um teria como consequência o desaparecimento do outro (ROCKER, 1919).” Estas questões não precisavam ser, nem foram de fato, compreendidos exclusivamente em termos de classe.

criticava as dificuldades de estabelecer uma liga de mulheres na sua cidade por causa da falta de apoio pela local bolsa de trabalho. A conferência decidiu propor uma resolução para o 13º Congresso Nacional da FAUD do mesmo ano, requerendo a todos os grupos locais que fundassem organizações de mulheres. Essa proposta tinha que se realizar contra uma proposta avessa: a dissolução das ligas femininas e a incorporação de seus membros nas federações industriais. Essa contraproposta mostrava a específica dimensão de gênero do debate: não houve resistência principal contra a organização de mulheres por dentro do sindicato. O que era problemático era que as ligas pretendiam organizar as mulheres na esfera cotidiana, fora da empresa, em que muitos militantes se viam como os legítimos donos das suas mulheres e esposas. Porém, essa exigência patriarcal não podia servir como argumento decisivo dentro do sindicalismo, e assim foi frequentemente velada por outros argumentos. Entretanto, os opositores das ligas de mulheres não encontravam uma réplica adequada ao argumento central das suas defensoras, que mantinham que o sindicalismo como movimento revolucionário amplo precisava de uma ferramenta organizacional para incluir não apenas as mulheres nas empresas mas também para acolher e formar as meninas e mulheres operárias que não exerciam um trabalho assalariado. Dessa maneira, o 13º Congresso da FAUD acabou notando a necessidade de organizações específicas de mulheres (REGIN, 1989; KLAN/NELLES, 1990, p. 295–299).

O que parece como uma vitória feminista, no entanto, foi apenas um início de uma longa contenda que foi disputada, entre outros, por dentro da revista *Der Syndikalist*. Enquanto, por um lado, militantes homens exigiam o fim das ligas, demonstrando atitudes antifeministas e ansiedades de serem emasculados por mulheres que ultrapassavam os seus papéis de gênero; pelo lado das mulheres engajadas, articulou-se um programa feminista cada vez mais explícito, discutindo, por exemplo, a valorização do trabalho doméstico, a opção de mulheres viverem independente dos seus maridos e a criação de casas onde mães criavam as suas crianças de forma coletiva, sem interferência de homens (KLAN/NELLES, 1990, p. 304–306). Nesses debates, pode-se observar que, mesmo que essas mulheres tivessem que lutar contra a dominação masculina por dentro do movimento sindicalista, esse movimento também dava às mulheres um espaço e um idioma para criticar e resistir a essa dominação. Isso pode ser entendido a partir do seguinte trecho, escrito por uma militante que usava o pseudônimo de “Franziska”:

Chegamos então na principal razão, porque associações de mulheres sindicalistas são uma necessidade. “Espero” escreve em um lugar de maneira bem coerente: a falta de autonomia intelectual e organizacional da

mulher é o resultado de centenas de anos de escravidão. Nós temos que pensar por esta via: por quem e para quem ela é escravizada? Certamente, como o homem, pelas relações capitalistas. (...) Mas diante disso ela também é escravizada em outra maneira – pelo homem. Pode ser que isso em parte se remeta às relações de propriedade, mas isso não diz que essa submissão moral sob o homem, a moralidade masculina, ia desaparecer se outras relações apareciam. A melhor prova disso é que mesmo na classe trabalhadora despossuída esta moralidade masculina está presente [...]. Por que os homens não introduziram as suas mulheres às associações [femininas]? Sempre tivemos que ouvir que os homens não deixam as suas mulheres participarem das reuniões! Os nossos camaradas também tratam suas mulheres, de modo geral, como servas domésticas e objetos do seu prazer sexual. Não há uma igualdade de respeito. Os homens têm medo de que as mulheres também estejam na reunião, que elas podem fazer o mesmo que os homens! Este estado de coisas é lógico e compreensível. Primeiramente, os homens nem compreendem a injustiça que eles cometem, eles até acreditam que tem o direito de fazer o que fazem. Em segundo lugar, pelo seu diferente modo de pensar, os homens têm ainda mais dificuldade de entender as mulheres que qualquer ser humano tem em relação a um outro. Por estas razões, os homens são completamente incapazes de mudar a condição de desigualdade dos direitos entre os sexos em todos os campos, mesmo se fossem anjos, mas não são anjos, são cobiçosos toscos! É um fato que nunca na história uma classe ou camada dominante largou a mão dos seus privilégios voluntariamente! (...) A libertação da mulher só pode ser obra da própria mulher! Mas se é recomendado à mulher que conduza esta luta por dentro da organização em conjunto com os homens, isso seria a mesma coisa que recomendar aos trabalhadores que conduzam sua luta de libertação em união harmoniosa com os empresários! O movimento total, no entanto, tem um grande interesse em que as mulheres se livrem das relações desiguais e injustas, porque sem elas não há sociedade livre. A liberdade é impossível se ela for apenas de poucos, ela beija todos ou beija ninguém (FRANZISKA, 1924, citada em KLAN/NELLES, 1990, p. 304–305, tradução do autor)!

A providência sindicalista do argumento de Franziska fica mais evidente, ainda, quando a autora, rejeitando a acusação de que organizações de mulheres iam institucionalizar um dualismo e assim dividir o movimento, responde com dois argumentos.

Primeiro, de que a divisão já existe, mas por causa da dominação masculina e não pelas tentativas organizativas femininas. Segundo, que uma organização de donas de casa não diferia em nada da organização de trabalhadores assalariados nas suas respectivas indústrias ou áreas de ofício. Mesmo que o feminismo sindicalista nunca tenha duvidado fundamentalmente da divisão de trabalho entre mulheres e homens, Franziska, ao rejeitar a dicotomia entre trabalho assalariado e doméstico, reivindicou o reconhecimento de mulheres como trabalhadoras e, a partir disso, defendeu as suas liberdades associativas por dentro do movimento sindicalista.

O congresso da FAUD, mesmo depois de 1921, várias vezes declarou a necessidade de organizações femininas. Mas, como um sindicalista deveria saber, uma resolução não substitui o trabalho de base e a emancipação não pode ser decretada. Por fim, as ligas de mulheres sindicalistas, por sabotagem masculina, pela indiferença da maioria das mulheres proletárias ou pelo geral declínio do sindicalismo, não foram bem sucedidas e os grupos se desfizeram até 1926 (KLAN/NELLES, 1990, p. 306). Se o sindicalismo foi uma força minoritária no movimento operário da Alemanha, isso vale mais ainda para o feminismo sindicalista.

Fontes

HARTLEBEN, Otto Erich. *Meine Verse. Gesamtausgabe*. S. Berlin: Fischer Verlag, 1906.

JÄNDEL, Richard: *Helmut Kirschney. A las Barricadas*. Bocholt und Bredevoort: Achterland Verlagscompagnie, 2000.

KNIESTEDT, Friedrich. *Fuchsfeuerwild*. Hamburg: Verlag Barrikade, 2013.

LANDAUER, Gustav. *Schwache Staatsmänner, schwächeres Volk*. In: *Der Sozialist*, vol. 2, núm. 12, 1910, p 1.

LÉNINE, Vladimir Ilitch. *Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. Dietz Verlag: Stuttgart, 1902. Presente tradução na versão das Obras Escolhidas de V. I. Lênine, Edição em Português da Editorial Avante, 1977. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/fazer.pdf>. Acesso em 13 de maio 2020.

MARX, Karl. Carta para Engels, Londres 20. de Julho 1870. In: Institut für Marxismus-Leninismus beim Zentralkomitee der SED. *Marx-Engels-Werke vol. 33*. Berlin: Diez Verlag, 1977, pp. 5-7.

MÜHSAM, Erich. Bismarxismus. In: *Fanal* vol. 1, núm. 5, 1927, pp. 65-71.

ROCKER, Rudolf. Antisemitismus und Judenpogrome. In: Der Syndikalist, vol. 5, núm. 47, 1923. Disponível em: <https://www.marxists.org/deutsch/referenz/rocker/1923/xx/antisemit.htm>. Acesso em 13 de Maio 2020.

ROCKER, Rudolf. *Prinzipienerklärung des Syndikalismus. Referat auf dem 12. Syndikalistenkongress (27.–30. Dezember 1919)*. Disponível em: <https://www.marxists.org/deutsch/referenz/rocker/1919/12/prinzipien.htm>. Acesso em 13 de Maio 2020.

Referencias

ALBRECHT, Willy. *Fachverein – Berufsgewerkschaft – Zentralverband: Organisationsprobleme der deutschen Gewerkschaften 1870–1890*. Bonn: Verlag Neue Gesellschaft, 1982.

BOCK, Hans Manfred. *Syndikalismus und Linkskommunismus von 1918 bis 1923*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1993.

DANYLUK, Roman/DÖHRING, Helge. *FAU – Die ersten 30 Jahre. 1977–2007*. Hamburg et al.: FAU-MAT, Syndikat A, Edition AV, 2008.

DEGEN, Hans Jürgen. *Anarchismus in Deutschland 1945 – 1960. Die Föderation Freiheitlicher Sozialisten*. Ulm: Verlag Klemm & Oelschläger, 2002.

DEPPE, Frank et al. *Geschichte der deutschen Gewerkschaftsbewegung*. Köln: Pahl Rugenstein, 1989.

DÖHRING, Helge. *Carl Windhoff (1872–1941)*. In: *Barrikade* 5, 2011. Disponível em: <https://syndikalismusforschung.wordpress.com/2012/02/09/biographie-carl-windhoff-1872-1941>. Acesso em 13 de maio 2020.

DÖHRING, Helge. *Schwarze Scharen: anarcho-syndikalistische Arbeiterwehr (1929–1933)*. Lich: Edition AV, 2011.

DÖHRING, Helge. *Syndikalismus und Anarcho-Syndikalismus in Deutschland: Eine Einführung*. Bremen: Institut für Syndikalismusforschung, 2012. Disponível em: <http://www.syndikalismusforschung.info/asgerger.pdf>. Acesso em 13 de maio 2020.

FOITZIK, Jan. *Zwischen den Fronten. Zur Politik, Organisation und Funktion linker politischer Kleinorganisationen im Widerstand 1933 bis 1939/40*. Bonn: Verlag Neue Gesellschaft, 1986.

GEUENICH, Stephan. *Pädagogische Ansätze im historischen Syndikalismus*. Wiesbaden: Springer VS, 2018.

GRAF, Andreas. *Selbstbehauptung und Widerstand deutscher Anarchisten und Anarcho-Syndikalist*. In: GRAF, Andreas (ed.). *Anarchisten gegen Hitler. Anarchisten, Anarcho-*

Syndikalisten, Rätekommunisten in Widerstand und Exil. Berlin: Lukas Verlag 2001, pp. 35–61.

JENKO, Jürgen. *Die Bergarbeiterschaft und der Aufstieg des Anarcho-Syndikalismus im Ruhrgebiet bis 1919*. In: *Mitteilungsblatt des Instituts für Soziale Bewegungen* 38, 2007, pp. 7–26.

JENNINGS, Jeremy. *Syndicalism in France. A Study of Ideas*. London: MacMillan, 1990.

KLAN, Ulrich/NELLES, Dieter: „*Es lebt noch eine Flamme*“. *Rheinische Anarcho-Syndikalisten/-innen in der Weimarer Republik und im Faschismus*. Grafenau Döffingen: Trotzdem Verlag, 1990.

LEICH, Sabine Hanna/KRUSE, Wolfgang. *Internationalismus und nationale Interessenvertretung: zur Geschichte der internationalen Gewerkschaftsbewegung*. Köln: Bund-Verlag, 1991.

LINSE, Ulrich. „*Propaganda der Tat*“ und „*Direkte Aktion*“. *Zwei Formen anarchistischer Gewaltanwendung*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1982.

MEHRING, Franz. *Geschichte der deutschen Sozialdemokratie Vol. 4*. Stuttgart: Dietz Verlag, 1909.

NELLES, Dieter et al. *Deutsche AntifaschistInnen in Barcelona. 1933–1939. Die Gruppe „Deutsche Anarchosyndikalisten“ (DAS)*. Heidelberg: Graswurzelrevolution, 2013.

NELLES, Dieter/RÜBNER, Hartmut. *Avantgarde einer egalitären Bewegung. Anarchosyndikalisten in Deutschland in der ersten Hälfte des 20. Jahrhunderts*. In: *Moving the social* 51, 2014, pp. 179–212.

NEUMANN, Klaus: *Freiheit am Arbeitsplatz. Betriebsdemokratie und Betriebsräte in Deutschland und Schweden (1880–1950)*. Frankfurt am Main: Campus Verlag 2015.

REGIN, Cornelia. *Cornelia Regin - Hausfrau und Revolution. Die Frauenpolitik der Anarcho-Syndikalisten in der Weimarer Republik*. In: *Internationale wissenschaftliche Korrespondenz zur Geschichte der deutschen Arbeiterbewegung*, vol. 25, núm.5, 1989. Disponível em: <https://www.anarchismus.at/texte-anarchosyndikalismus/die-historische-faud/7653-cornelia-regin-die-frauenpolitik-der-anarcho-syndikalisten-in-der-weimarer-republik>. Acesso em 13 de maio 2020.

SANTOS, Kauan William dos/SILVA, Rafael Viana da. *Prefácio* In. SANTOS, Kauan William dos/SILVA, Rafael Viana da. *História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas*. Curitiba, Editora Faísca, 2020/no prelo.

THORPE, Wayne. *Keeping the Faith: The German Syndicalists in the First World War*. In: *Central European History*, vol. 33, núm. 2, 2000, pp. 195–216.

TOSSTORF, Reiner. *Profintern. Die Rote Gewerkschaftsinternationale 1920–1937*. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2004.

WÄTZOLD, Tim. *Der Libertäre Atlantik. Unsere Heimat ist die ganze Welt. Die Entwicklung der Arbeiterbewegungen Südamerikas zur Zeit der europäischen Masseneimmigration als Teil der Kulturgeschichte des Internationalen Proletariats*. Hamburg, Verlag Barrikade, 2015.



Recebido: 18 de maio de 2020

Aprovado: 04 de julho de 2020